

## ACTA Nº 11

Aos **vinte e sete** dias do mês de **Abril**, do ano de **dois mil e sete**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de dez do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

<b>I – Período de “antes da ordem do dia”.</b>
<b>II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:</b>  1º. <b>Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal.</b> 2º. <b>Documentos de Prestação de Contas.</b> 3º. <b>1ª Revisão Orçamental.</b> 4º. <b>Trânsito da Freguesia de Cristêlo-Côvo – Normas Regulamentares.</b>
<b>III - Período de intervenção do público.</b>



### I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Presidente da Mesa**, em exercício, Anabela Rodrigues, às 9h.23m deu início aos trabalhos, fazendo a saudação protocolar e convidando, em conformidade com o Regimento, o Deputado **José Nogueira** a incorporar a Mesa como 2º Secretário, em exercício.

Informou também que em forma de homenagem e acto simbólico, a cadeira do Presidente ficaria vazia durante toda a sessão. Solicitou ao plenário **um Minuto de Silêncio** em memória do falecido Presidente da Assembleia Municipal de Valença, Dr. António Jorge Gonçalves e Gama de Oliveira.

Solicitou ainda a inclusão de um último ponto na ordem de trabalhos sendo este a Eleição do novo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Relativamente a este ponto é interpolada pelo Deputado **Santos Silva** que questiona se só se tem que eleger o Presidente ou uma nova Mesa, ao que a **Presidente da Mesa, em exercício** responde que sendo a eleição da Mesa feita de forma uninominal, neste caso, trata-se apenas da eleição do Presidente mantendo-se o resto da Mesa.

Não havendo votos discordantes considerou-se como aceite a integração do ponto *“Eleição do Presidente da Assembleia Municipal”* na ordem de trabalhos.

A **1ª Secretária**, em exercício, Margarida Rodrigues fez a leitura do resumo da correspondência informando que toda a documentação se encontrava à disposição dos senhores deputados quer na Mesa quer no Secretariado de Apoio.

Procedeu-se à discussão da **Acta nº10**, na qual intervêm o Deputado **Armando Carvalho** salientando o facto desta se apresentar de forma extremamente reduzida, procedimento que tinha conhecimento que passaria a ser adoptado e para a qual já havia sido alertado em reunião. Nestas circunstâncias, faz o pedido formal no sentido de que as próximas actas se façam acompanhar pelo registo áudio e pergunta se as declarações escritas não podem ser apensadas às actas.

No que concerne a este ponto, a **Presidente da Mesa**, em exercício esclarece que a redacção das actas por um funcionário da Câmara está previsto na Lei e que as mesmas são um resumo da sessão, havendo sempre a possibilidade de consulta dos registos áudio no secretariado de apoio.

Procedeu-se à votação num universo de 34 votantes, registando-se 1 abstenção do deputado Carlos Marinho por não ter estado presente na última sessão. **Aprovada por maioria.**

Apresentados dois **Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Gama–(Anexo 1);**

Um da Mesa da Assembleia Municipal de Valença e demais membros signatários; outro do Grupo Municipal do PSD.

Num universo de 35 votantes foram **aprovados por unanimidade e aclamação.**

Apresentada também **Proposta de Recomendação da CDU – (Anexo 2)** no sentido de deslocalizar as sessões da Assembleia Municipal para auditórios e Juntas de Freguesia permitindo à população intervir nas mesmas.

Usam da palavra os Deputados **Santos Silva** e **Armando Carvalho** manifestando a sua discordância pelo facto de se terem misturado para votação os Votos de Pesar e a Proposta da CDU, considerando que os mesmos deviam ser votados separadamente.

**A Presidente da Mesa**, em exercício, concorda com a observação referindo que estavam previstas as duas situações, pelo que iriam a votação os Votos de Pesar e depois a Proposta.

Intervêm o **Presidente da Câmara** proferindo algumas palavras relativamente ao Dr. Jorge Gama.

Refere o orgulho que sentiu em ser seu amigo, elogiando as suas capacidades, salientando as demonstrações de qualidade, a diferença, o respeito que as pessoas sentiam por ele quer em Valença, quer fora do concelho porque sabia dizer as coisas no momento propício. Lamenta o facto de ficarmos sem um Grande Valenciano.

Mais uma vez a **Presidente da Mesa**, em exercício, pede desculpa pelo lapso na junção dos Votos de Pesar e da Proposta do senhor Armando Carvalho, esclarecendo que se pensou tratar esta última também de um Voto de Pesar. Assim sendo e, em conformidade com o Regimento a mesma será submetida a votação.

O Deputado **Armando Carvalho** esclarece que esta proposta era também uma das ideias do Dr. Gama, mas que até ao momento nunca havia sido concretizada ao que a **Presidente da Mesa**, em exercício, lembra que esta experiência já tinha sido levada a cabo, noutra mandato, na ETAP.

Este reforça a sua proposta apresentando como exemplo as Assembleias em autarquias geridas pela CDU e mesmo noutras que passaram a ser do PS e tem mantido este formato nas sessões, apelando ao apoio de todos para a votação.

Pronuncia-se sobre esta temática o Deputado **Salustiano Faria** que apesar de concordar com a mesma sugere que os horários e dias sejam devidamente ponderados para não se correr o risco de não haver população a assistir às mesmas.

Num universo de 35 votantes, foi **aprovada por unanimidade.**

#### **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Intervêm novamente o Deputado **Armando Carvalho** para se manifestar sobre um artigo que leu no JN segundo o qual Valença terá desistido da luta pela manutenção do SAP, durante 24 horas, em detrimento do Cartão Europeu de Saúde que possibilita a deslocação às urgências de Tui.

Segundo o mesmo, o senhor Joaquim Covas concedeu uma entrevista à televisão versando a temática dos seguros de saúde em Espanha, relatando a sua experiência pessoal. Considera que este, pelo facto de ser vereador da Câmara, deveria ter lutado pela manutenção do SAP em Valença.

Pronuncia-se ainda sobre uma entrevista do senhor Presidente da Câmara relativa ao mercado de trabalho em Valença afirmando que a mesma deixou transparecer que em Valença

não há quem queira trabalhar, quando lhe parece que quereria dizer que não há técnicos qualificados em Valença.

Refere-se ainda à evolução imprevisível do mercado de trabalho que se traduz num quadro de precariedade que este governo instituiu no mercado português, sendo o mesmo visível também no Parque Industrial de Gandra onde uma parte significativa de trabalhadores não tem nenhum contrato, sendo seleccionados por empresas de trabalho temporário.

Acusa a Câmara de se ter demitido das suas funções sociais na inserção na vida activa, ao deixar terminar um projecto que desenvolvia neste âmbito, com o Centro de Emprego, e de promover o trabalho temporário com a distribuição de panfletos de empresas temporárias de trabalho nos seus serviços.

Usa da palavra a Deputada **Elisabete Viana** para solicitar à Câmara a substituição dos contentores da rua da Escola Primária e da Emissora uma vez que os existentes se encontram sem tampa estando-se a tornar um caso de saúde pública.

Os Deputados **Manuel Lopes e Alberto Vilas** colocam algumas questões ao Presidente da Câmara, tecendo o primeiro, de início, umas breves palavras relativas ao Presidente da Assembleia Dr. Jorge Gama.

De seguida questiona sobre a localização do novo aterro; pretende saber se tem direito a lâmpadas públicas e sobre as transferências para as freguesias, nomeadamente dos subsídios de gásóleo.

Relembra que relativamente à freguesia de Ganfei a igreja continua sem iluminação há já seis anos e refere que a escola das Azenhas desactivada há uma série de anos se continua a degradar, assim como a estação da REFER sendo abrigo de inquilinos menos desejados.

O segundo indaga sobre a aprovação futura do PDM, sua calendarização e implementação; sobre a veracidade relativamente ao encerramento de alguns serviços públicos em Valença, nomeadamente, Tribunal, Finanças, GNR e Escola Superior e solicita informações mais recentes sobre a questão das urgências.

Recomenda ainda a poda das árvores no Parque Natural do Monte do Faro que se encontram a dificultar a passagem concretamente dos autocarros.

Intervêm o Deputado **Salustiano Faria** ainda para referir que a Assembleia Municipal de Valença jamais esquecerá o seu Presidente Dr. Jorge Gama e agradece ao Grupo do PSD as palavras de pêsames que dirigiu ao grupo parlamentar do PS.

Recorda à Assembleia a subida de divisão do **Sport Club Valenciano** e sugere à mesma que seja remetida uma carta aos seus dirigentes a felicitá-los pela subida, o que é um orgulho e prestígio para o concelho.

Pronuncia-se relativamente à intervenção do senhor Armando Carvalho no que concerne à reportagem concedida pelo senhor Joaquim Covas e esclarece que o mesmo falou como cidadão e não na qualidade de Vereador da Câmara até porque a entrevista visava a temática do cartão europeu de saúde e não das urgências.

Alerta ainda para o facto das pessoas não se deverem deixar levar por tudo o que passa na televisão relatando um episódio passado no programa Prós e Contras, sobre a temática das urgências, e cuja condução do mesmo pareceu exemplar, deixando até, transparecer o apoio da apresentadora, o que parece não corresponder à realidade havendo inclusive grande indignação no Conselho Nacional dos Bombeiros Portugueses.

Faz um breve reparo relativamente à intervenção da D<sup>a</sup> Elisabete Viana referindo que se as solicitações agora feitas já eram do conhecimento do senhor Presidente da Câmara e o mesmo não atendeu, esta tem toda a legitimidade em denunciar a situação na Assembleia; agora, se aproveitou a reunião para abordar o assunto pela primeira vez, não lhe parece que tenha sido o mais adequado.

O Vereador **Joaquim Covas** respondendo à questão do senhor Armando Carvalho reforça que a sua entrevista foi na qualidade de cidadão e não de vereador. Esclarece que a temática abordada era sobre seguros de saúde com abrangência na Galiza não tendo nada a ver com a problemática dos SAP'S ou SUB'S, cuja posição deixou bem patente nas votações sobre a matéria nas reuniões do executivo e na primeira fila na manifestação de 18 de Fevereiro. Informa ainda que esta matéria está entregue ao senhor Presidente da Câmara.

Intervêm o senhor **Presidente da Câmara** respondendo em primeiro lugar à temática do emprego em Valença levantada pelo senhor Armando Carvalho. Refere que Vila Nova de Cerveira e Valença estão com falta de mão-de-obra existindo oferta de trabalho à qual o mercado local não está a dar resposta.

Quanto à instalação das empresas temporárias de trabalho, estas instalam-se onde há mercado e não é a Câmara nem nenhuma Instituição Pública que as vai proibir de o fazerem. No caso concreto de Valença, a sua instalação deve-se à existência de um mercado potencial pelo facto do mercado local não estar a dar resposta à oferta de emprego face à procura.

Manifesta o seu desacordo quando é acusado de promover estas empresas em detrimento de um projecto denominado UNIVA e garante que a Câmara desencadeou todas as diligências no sentido de dar continuidade ao mesmo e se houver possibilidade da existência de outro, a Câmara associar-se-á imediatamente.

Constata a existência de uma nova realidade com um problema estrutural de emprego que se traduz no êxodo da população para a Galiza onde os salários são superiores, além de permitir a gestão da economia familiar em função das melhores ofertas de um e outro lado da fronteira.

Quanto à solicitação da D<sup>a</sup> Elisabete Viana diz julgar que a questão já havia sido colocada e que estão pedidos contentores novos. Alerta para que futuramente a Câmara não faça contratos com empresas de lixo a dez anos uma vez que estas situações podem dar origem a alguns dissabores. Existem algumas dificuldades que apesar das circunstâncias tem melhorado nos últimos tempos, sendo a qualidade do serviço prestado controlada pelos responsáveis do mesmo.

Em resposta aos lembretes do senhor Manuel Lopes, informa que o novo aterro ficará localizado em Vila Nova de Cerveira. Recorda, no entanto, que existe uma questão legal que é o facto do aterro de S. Pedro da Torre continuar a ser monitorizado nos próximos vinte anos.

Quanto às transferências para as freguesias o Presidente da Câmara argumenta que a Câmara vive a mesma situação com as transferências do governo que também não teve sequer em conta a inflação. Refere que as Câmaras de Caminha e Valença eram as únicas do Vale do Minho a fazerem transferências para as freguesias e a primeira acabou com esta situação. Reconhece que o que atribui a Câmara de Valença pode ser pouco no entanto não irá assumir compromissos para os quais não tem capacidade de resposta e é nessa linha que se vai manter até ao fim.

Quando é abordada a problemática da desigualdade entre as freguesias, contradiz o Deputado Manuel Lopes dizendo que Ganfei não tem motivo de queixa neste sentido, até porque, nesta freguesia, está a decorrer um investimento de cerca de 120 mil contos.

No que concerne à estação da REFER, informa que sendo propriedade da CP, não pagará qualquer investimento na mesma. Relativamente à escola das Azenhas, sugere que alguma associação ou colectividade apresente um pedido estruturado para utilização do espaço, estando a Câmara disponível a colaborar neste sentido.



## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1º Ponto

#### **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 3**

**Armando Carvalho** tece alguns comentários relativamente às intervenções do Deputado Salustiano Faria e do Presidente da Câmara. Ao primeiro, nas palavras que lhe dirigiu salientando que o mesmo o tratou como se fosse um garoto quando lhe diz que está a fazer confusão com os assuntos; quanto ao Presidente da Câmara deu-lhe uma explicação sobre funcionamento do mercado de trabalho, como se ele não tivesse conhecimento do mesmo.

Ainda relativamente a este ponto critica o Presidente sobre a abordagem que o mesmo fez sobre o mercado de trabalho, como se tratasse de “uma dança de cadeiras”. No entanto salienta que o mercado funciona de forma programada e é aquilo que as pessoas fazem dele.

Aborda neste contexto, a situação do Parque Industrial de Gandra, argumentando que se o projecto inicial tivesse sido cumprido, poderiam lá estar instalados muitos dos pequenos

empresários de Valença e ter-se-ia gerado riqueza e emprego, considerando, que o preço que se pede pelo espaço é um entrave à fixação dos mesmos.

O Deputado **Manuel Lopes** usa mais uma vez da palavra para esclarecer o Presidente da Câmara que quando se referia a desigualdades nas freguesias, estas tinham a ver com as transferências e não com as obras, concretamente o subsídio de gasóleo. Relembra ainda ao Presidente que não lhe respondeu às questões da iluminação pública e da igreja.

Usam da palavra os Deputados **Alberto Vilas** e **João Dias**; o senhor Vilas interroga o Presidente relativamente à empreitada do Polidesportivo do Bairro do Cais pretendendo saber a sua localização e de quem partiu a iniciativa de execução, se da Câmara ou da Junta de Freguesia.

Quanto ao senhor João Dias aborda dois assuntos que são a beneficiação da EN 13 – 2ª fase – GAT – Repsol, e o largo da Senra, na freguesia de Gandra.

Relativamente ao primeiro, estando a obra concluída, constata-se a falta de papeleiras e ainda algumas rampas de acesso a pessoas com deficiência que se encontram por fazer. Alerta para o facto de na confluência da rua da Bogalheira com a EN 13 o tapete estar com problemas junto às caixas de saneamento.

No que concerne ao largo da Senra, verifica-se que depois da obra de saneamento, o piso não foi reposto, questionando para quando a solução do mesmo.

Intervêm a Deputada **Isabel Andrez** inquirindo o Presidente sobre as empreitadas de remodelação das escolas de Passos e Bogim, no sentido de saber se ambas vão ser alvo de intervenção e se alguma vai ser adaptada a jardim de infância ou se ambas se mantêm como escola.

Alerta para a degradação dos bairros sociais e para a construção de anexos, concretamente no bairro de Passos. Faz ainda um reparo para o péssimo estado em que se encontra o pavimento do bairro social de Bogim.

O Deputado **Salustiano Faria** comenta a intervenção do senhor Armando Carvalho dizendo que não estava à espera deste tipo de discurso, até porque o seu objectivo não foi depreciar nem ofender ninguém, mas sim, defender pontos de vista. Apresenta ainda desculpas à Dª Elisabete Viana uma vez que o tema que ela abordou na Assembleia já era do conhecimento do senhor Presidente da Câmara.

Pronuncia-se relativamente à localização do aterro sanitário e constata, aliás sendo ele Presidente da Comissão de Acompanhamento, que efectivamente este sai do concelho de Valença, mas na prática a nova localização (em Vila Nova de Cerveira) é encostada ao actual. Considera que houve algumas falhas, na altura própria, relativamente a esta questão da localização.

Usa da palavra o senhor **Presidente da Câmara** respondendo primeiro à questão do PDM levantada pelo senhor Vilas. Esclarece que este processo deixou de estar na autarquia passando para os ministérios, existindo uma comissão técnica de acompanhamento cuja intenção é ver se em Setembro este vai a discussão pública.

No que respeita ao tema do possível encerramento de alguns serviços públicos, o senhor Presidente da Câmara diz que não ter informações fidedignas neste sentido; no entanto, no que concerne à Escola Superior está-se a trabalhar juntamente com o Politécnico com o objectivo de preparar o dossier do novo edifício.

Sobre as urgências não tem nenhuma novidade a acrescentar, mantendo tudo o que disse desde o início do processo no sentido de que se a proposta a apresentar for a melhor para Valença contará com a sua concordância.

Quanto à intervenção do senhor Armando Carvalho, diz-lhe que também não gostou da forma como este lhe respondeu, esclarecendo-o, ainda, que é a favor da estabilidade no emprego.

Pronuncia-se relativamente aos pontos de luz nas freguesias informando que muito brevemente irá ser dada resposta neste sentido; Quanto à iluminação da igreja também existirão condições para a o fazer.

A empreitada do Polidesportivo do Cais foi uma empreitada pensada entre a Câmara e a Junta de Freguesia, mas quem a vai executar é a Câmara. Sobre a EN 13 do GAT à Repsol constata que foram detectadas algumas anomalias mas que ainda não está feita a recepção definitiva da obra pelo que o vereador responsável irá fazer o registo das mesmas.

Quanto ao largo da Senra pretende resolver pontualmente a questão e nos bairros sociais, de forma integrada, ir-se-ão fazer vistorias exaustivas para analisar o tipo de intervenção de que serão alvo.

As intervenções nos estabelecimentos de ensino de Cerdal estão previstas na Carta Educativa, funcionando em Bogim o Infantário de Cerdal e em Passos a única EB1.

Às 11h 15m a **Presidente da Mesa**, em exercício, interrompeu os trabalhos por um período de 15 minutos, tendo sido retomados às 11h 35m com a discussão do 2º ponto da Ordem de Trabalhos.

<b>2º Ponto</b> <b>Documentos de Prestação de Contas – Anexo 4</b>
---

Pronuncia-se o Deputado **Armando Carvalho** salientado que os documentos de prestação de contas apresentam um saldo favorável, pouco mais havendo a ressaltar para além do relativo equilíbrio do fluxo da caixa.

Segue-se a Deputada **Inês Ferreira** centrando a sua intervenção basicamente em dois pontos que são a execução da receita, nomeadamente a receita de capital e as grandes opções do plano, questionando no sentido de saber se a Câmara não tinha obra para fazer, uma vez que os documentos referem que *“ficou substancialmente aquém do previsto quer em algum atraso nos pedidos de pagamento referentes a empreendimentos co-financiados em curso, quer pela não utilização de empréstimos devidamente autorizados”*, criticando o facto de ano para ano se verificarem níveis de execução nulos enumerando uma série de exemplos.

Tece algumas considerações, nomeadamente no que diz respeito ao apoio às colectividades, alertando para o facto de algumas que recebendo subsídio da Câmara, cobram cada vez que actuam quando esse serviço público está a ser pago pela mesma entidade que a subsidiou.

Usa da palavra o Deputado **Alberto Vilas** que relativamente aos documentos de prestação de contas constata algumas situações questionando sobre as mesmas, nomeadamente o facto de na água se ter apurado menos receita; para o facto de no saneamento a receita cobrada de impostos indirectos ser zero; relativamente aos resíduos urbanos constata que apesar da falta de qualidade do serviço prestado se gastou mais que no ano anterior; verifica também um aumento na despesa com os transportes escolares questionando se não seria mais vantajoso a aquisição de veículos.

Salienta, pela positiva, o facto de ter diminuído a despesa relacionada com os telefones e também com os gastos em publicidade. No que concerne ao plano plurianual de investimentos deixa no ar a preocupação pelo facto de no sector educação só terem sido investidos 26% do previsto e enumera uma série de rubricas cujo investimento foi zero, manifestando, mais uma vez a sua preocupação.

Destaca ainda como positiva a intervenção de requalificação do Centro Histórico e o saneamento de Gandra, S. Pedro das Torre e Ganfei.

Prossegue o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a mesma vai ser analisada, primeiro do ponto de vista da situação económica e financeira da autarquia, e segundo, para falar concretamente dos documentos e questões com os quais foi confrontado.

Quanto à primeira argumenta que a gestão da Câmara se mantém na mesma linha de rumo e esta será para manter até ao fim nunca comprometendo o seu futuro. Segundo o mesmo, a Câmara de Valença tem um futuro que pode encarar com toda a normalidade e têm todas as condições do ponto de vista financeiro na capacidade de gerar receitas quer internas, quer do orçamento de estado para fazer face a médio e longo prazo.

Quanto às questões levantadas esclarece para o facto de existirem facturas em conferência cujo trabalho já foi executado mas as mesmas não estão pagas precisamente porque é necessária a conferência do trabalho realizado e só depois de paga é que passa para a execução orçamental.

As facturas com os resíduos sólidos urbanos tiveram que ser acertadas através de notas de crédito uma vez que os valores apresentados não condiziam com o serviço prestado, tendo-se portanto “acumulado” e só foram pagas no ano de 2006 o que fez aumentar a

despesa com esta rubrica. Relativamente ao aumento das despesas com os transportes escolares esta tem a ver com as actividades extracurriculares, no entanto, recorda, que estas verbas são financiadas pelo Ministério da Educação. Informa que o encerramento das escolas implica que a Câmara assuma mais circuitos pelo que estão a ser adquiridas duas viaturas de nove lugares.

Promete ter uma atitude mais interveniente relativamente às colectividades que sendo financiadas pela Câmara cobram aquando das actuações em eventos realizados no concelho. Pronuncia-se sobre os critérios que são utilizados nos subsídios atribuídos às mesmas, alegando, no entanto, que não é prática da Câmara interferir no exercício normal das actividades de cada uma delas. Tem tido sim, a preocupação de exigir Plano de Actividades e Orçamentos para confirmar se existe co-relação entre o que é proposto e efectivamente executado.

Na questão colocada sobre taxas e impostos garante que certamente se trata de um erro prometendo apurar o que realmente aconteceu; sobre a venda de água poder-se-á eventualmente tratar dum desfasamento entre o período de cobrança face ao período de leitura. Sobre as questões em que não foram aplicadas as verbas nas rubricas, o senhor Presidente esclarece que o acontece é estas ficarem abertas, preparadas para candidaturas e que a maior parte das vezes tardem imenso tempo até se concretizarem.

Usam da palavra os Deputados **Armando Carvalho e Inês Ferreira**; o primeiro manifesta-se a favor de um critério cerrado na atribuição de subsídios às colectividades alegando que o pelouro da cultura deveria trabalhar com elas em maior proximidade, atribuindo subsídios em conformidade com o grau de execução dos objectivos propostos.

A Deputada Inês Ferreira agradece a explicação do senhor Presidente no que diz respeito ao tratamento das facturas e seu espelho na revisão orçamental prometendo estar atenta se neste ano haverá um investimento na educação.

Relata ainda uma conversa tida com o Dr. Jorge Gama relativa à forma de subsistência do Coral Polifónico S. Teotónio.

Intervêm mais uma vez o Deputado **Alberto Vilas** para esclarecer o Presidente que quando se referia às acções que tiveram execução zero, estas não tem a ver com candidaturas futuras mas sim com ideias que já vinham de anos atrás e que não foram concretizadas.

Ainda relativamente à questão dos transportes escolares, diz que quando apresentava a alternativa de aumentar a frota era para que estes ficassem mais baratos até porque independentemente de serem feitos pela autarquia o ministério continuaria a apoiá-los.

O senhor **Presidente da Câmara** salienta que existem rubricas em todas as câmaras do país que estão há anos sem executar. Uma das que mais o preocupa é a questão do Convento de Sanfins mas tem a consciência que não tem capacidade para executar uma obra de tal envergadura pelo que a alternativa é aguardar uma candidatura. Refere que na Assembleia Valenciana ao fim de muitos anos foi possível intervir a nível exterior, aguardando oportunidade também para uma intervenção no interior. Quanto ao cineteatro não há possibilidade de intervir porque este não é propriedade da Câmara.

Procedeu-se à votação que, num universo de 35 votantes, estando ausentes José Veríssimo e Manuel Lima, sem substituição, se registaram 7 votos contra (Santos Silva, Inês Ferreira, Alberto Vilas, Carlos Marinho, Manuel Lopes, Isabel Andrez e Armando Carvalho) e 00 abstenções. **Aprovado por maioria**

### 3º Ponto

#### 1º Revisão Orçamental – Anexo 5

Intervêm **Armando Carvalho** que considera que este ponto de ordem de trabalhos não deveria ser considerado como “1ª revisão orçamental”, mas sim “2ª revisão aos documentos previsionais”, remetendo para a Certidão da Divisão Financeira de 18 de Abril do corrente ano de forma a dar consistência ao seu argumento.

Analisando os documentos enviados chega à conclusão de que continuam a existir erros processuais, persistindo ainda duas dúvidas relativamente à receita extraordinária que o município encaixou com a venda da sua participação na empresa Ventominho.

**Inês Ferreira** faz um reparo relativamente ao preço de venda do direito de participação da Ventominho, Energias Renováveis, S.A, uma vez que o mercado só deu rigorosamente o valor do preço base. Conclui ainda que esta vai servir como “balão de oxigénio” para cobrir as verbas nas quais não estava previsto financiamento no ano 2007.

O **Presidente da Câmara** relativamente à intervenção do Deputado Armando Carvalho discorda com as palavras proferidas pelo mesmo quando afirma que “esta venda vem comprovar a capacidade de pagar os compromissos assumidos a curto prazo”. Concorde, no entanto, com o discurso da Deputada Inês Ferreira no sentido de que esta vem compensar no orçamento para o presente ano as verbas a definir.

Considera fundamental esclarecer os presentes que a Câmara não vendeu a sua participação para pagar dívidas até porque não tem a sua capacidade de endividamento esgotada. Prossegue afirmando que a venda da participação foi levada a concurso público pelo que, naquele momento, foi vendida pelo melhor preço considerado no mercado.

O Deputado **Armando Carvalho** reafirma a sua intervenção remetendo à página 38 onde se pode verificar que em 2006 “não há liquidez para cobrir de imediato as dívidas correntes a curto prazo”. Assegura ainda que não disse que a dívida está descontrolada mas que “segundo os indicadores que vem no próprio documento, passou para uma capacidade de liquidez de 51% em vez dos 100% do ano anterior”.

Insiste que a venda da participação da Ventominho foi feita à empresa DST, continuando a afirmar que esta se apresenta com várias caras.

O **Presidente da Câmara** assegura que a receita desta alienação tem como objectivo investimentos futuros quer sejam ou não comparticipados e quanto a quem comprou está de consciência tranquila porque a sua venda foi publicitada em Diário de República e em vários meios de comunicação.

Procedeu-se à votação que num universo de 32 votantes, ausentes Manuel Lima, José Veríssimo, Maria do Carmo Duarte, Lúcia Pereira e Rui Marrucho, registou-se 01 voto contra o Deputado Armando Carvalho e 00 abstenções. **Aprovado por maioria.**

#### **4º Ponto** **Trânsito da Freguesia de Cristelo-Côvo – Normas regulamentares – Anexo 6**

Não se registando inscritos para intervenção, procedeu-se à votação que num universo de 32 votantes, com as ausências de Manuel Lima, José Veríssimo, Maria do Carmo Duarte, Lúcia Pereira e Rui Marrucho, foi **aprovado por unanimidade.**

#### **5º Ponto** **Eleição do Presidente da Assembleia Municipal**

A **Presidente da Mesa, em exercício**, abre um período para apresentação de propostas. Usa da palavra o Deputado **Salustiano Faria** para dar conhecimento que o Grupo Municipal do PS propõe para o cargo o Dr. José António Lopes Nogueira.

A **Presidente da Mesa, em exercício**, confirma, portanto a existência de um candidato, que terá que ser eleito por voto secreto, seguindo-se os trâmites adequados à situação.

Num universo de 35 votantes, ausentes os membros Manuel Lima e José Veríssimo, registaram-se 24 votos a favor, 9 contra e 2 votos em branco. **Eleito por maioria José António Lopes Nogueira, como novo Presidente da Assembleia Municipal de Valença.**

Inicia o seu discurso de tomada de posse, saudando toda a assembleia e fazendo referência a uma pretérita sessão na qual afirmou “*para bem cumprir a sua função consultiva e deliberativa, a Assembleia Municipal deve fazer-se eco de todas as preocupações e anseios dos cidadãos que representa e constituir um amplo espaço de debate da problemática concelhia*”.

Prossegue, assumindo o *“privilegiar da vertente humana e social em detrimento de todas as mais – uma autarquia/uma Assembleia Municipal dialogante e sempre atenta aos problemas das pessoas. Fica esta promessa, que é uma certeza, aos valencianos e às valencianas”*.



As palavras seguintes são dirigidas ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, com o qual se compromete, quer da sua parte, quer em nome da Assembleia Municipal a prestar o seu apoio *“em ordem a alcançar-se um futuro melhor e mais próspero para Valença e para os valencianos e valencianas, em cooperação e colaboração pessoal e institucional que se espera e deseja profícua*.

Acentua, todavia, para este não contar *“com uma Assembleia Municipal subserviente, acrítica e acéfala”*, referindo que *“o maior legado que o Dr. Jorge Gama nos deixou – que é para manter – foi a dignificação ímpar deste órgão”*.

Continua frisando que *“afastada a promiscuidade, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal melhor poderão servir o concelho e as nossas gentes, “assegurando a seriedade e estabilidade imprescindíveis a uma boa governação”*. Promete trabalho, ponderação, rigor, isenção e responsabilidade.



Finalmente dirige-se aos **Deputados Municipais** agradecendo-lhes a confiança que nele depositaram, esperando dela vir a ser merecedor.

Deixa-lhes a promessa que, com o prestimoso contributo de todos, tudo fará *“para que a Assembleia Municipal preste (continue a prestar) um serviço digno, actuante e eficaz, no respeito pela sempre enriquecedora diferença de opiniões, pela constituição, pelas Leis e pelo nosso Regimento”*.

Seguiu-se a leitura da **Acta em Minuta, pela 2ª Secretária em exercício, Margarida Rodrigues**, que submetida a votação, num universo de 35 votantes, com a ausência dos membros Manuel Lima e José veríssimo, foi **aprovada por unanimidade**.

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo inscritos para o Período de Intervenção do Público, a **Presidente da Mesa, em exercício**, agradeceu a presença de todos e pelas 13h20m deu como encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas de 1ª Classe, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

-----

-----